

consciência Bancária

EDIÇÃO DIÁRIA - ANO XXV - Nº 6219 - QUARTA-FEIRA, 03 DE OUTUBRO DE 2018



CONSULTA SOBRE MUDANÇAS NA CASSI ATÉ SEXTA. VOTE NÃO!

A consulta sobre as mudanças no estatuto da Cassi continua até sexta-feira, 5 de outubro. Os associados registrar o voto por um dos quatro canais de votação: Internet, Sistema de Informações do Banco do Brasil - SisBB, Aplicativo CASSI e Terminal de Autoatendimento do Banco do Brasil.

As entidades representativas dos empregados orientam que os associados rejeitem as alterações no Estatuto da Cassi propostas pelo Banco do Brasil, que permitem várias interpretações distintas e poderão comprometer, em curto e médio prazo, a sustentabilidade da Caixa de Assistência.

As mudanças sugeridas para o custeio da Cassi oneram todos os associados, transformando a contribuição extraordi-



nária em permanente e estabelecendo cobrança por dependente. Além disso, o banco propõe mudanças na governança da Cassi, acabando com a paridade na gestão, com duas diretorias nas mãos de representantes do mercado e o voto de minerva para o banco.

O objetivo do banco é assumir o controle absoluto da Cassi e fazer as alterações que lhe interessam, sem consulta aos associados, colocando em risco o futuro do plano de saúde.(SBBA)

CENTRAIS DIVULGAM NOTA UNITÁRIA EM DEFESA DA APOSENTADORIA PÚBLICA

Lideranças das centrais sindicais divulgaram ontem (2), em São Paulo, uma nota unitária pública contra a reforma da Previdência e a retirada de direitos trabalhistas.

A mobilização é uma resposta às declarações de Temer de que irá votar a proposta de reforma da Previdência após o segundo turno das eleições, ainda este ano. *Leia a nota na íntegra:*

Em defesa da aposentadoria pública: Se botar pra votar, o Brasil vai parar!

Reunidas nesta terça-feira, 2 de outubro, as Centrais Sindicais CUT, Força Sindical, UGT, CTB, Nova Central, CSB, CSP-Conlutas e Intersindical reafirmaram sua posição contrária a qualquer proposta de reforma que fragilize, desmonte ou reduza o papel da Previdência Social Pública.

Em 2017, fizemos uma Greve Geral que mobilizou mais de 40 milhões de trabalha-



dores e trabalhadoras em defesa da aposentadoria. Se o governo insistir em atacar a Previdência Social Pública, o Brasil irá parar mais uma vez.

Não aceitaremos que a classe trabalhadora pague mais uma vez a conta. Não aceitaremos o desmonte e entrega da Previdência Social para o sistema financeiro.

A sociedade deseja paz, liberdades democráticas, segurança e respeito aos seus direitos, que só virão com a garantia do emprego, salário digno e do acesso a direitos fundamentais como saúde, educação e aposentadoria digna.

EDITAL ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA



Sindicato dos Bancários de Itabuna e Região, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.358.204/0001-03, Registro Sindical nº 118.036/67 por seu presidente abaixo assinado, convoca todos os empregados em empresas FINANCEIRAS, sócios e não sócios, da base territorial deste Sindicato, para a Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 08/10/2018, às 17h30min, em primeira convocação, e às 18h00min, em segunda convocação, no endereço à Av. Duque de Caxias, 111 - Centro - Itabuna - BA, para discussão e deliberação acerca da seguinte ordem do dia:

1. Avaliação e deliberação sobre a proposta apresentada pela FENACREFI em 01/10/2018 para celebração de Convenção Coletiva de Trabalho dispendo sobre as condições de trabalho dos financeiros e sobre a participação nos lucros e/ou resultados;
2. Deliberação acerca de desconto a título de contribuição negocial decorrente da negociação coletiva.

Itabuna (BA), 3 de outubro de 2018.

JORGE BARBOSA DE JESUS
Presidente

PLANTONISTAS DE HOJE

Manhã: CRISTIANE

Tarde: LIAMARA



ELEIÇÕES 2018**O RISCO DE UM TEMER PIORADO**

Um governo Temer piorado. Essa é a essência do programa do candidato fascista Jair Bolsonaro. Nele está dito, com todas as letras, que seu governo aprofundará os cortes de direitos dos trabalhadores e do povo, uma confissão explícita de que o atual desmonte do Estado e do seu arcabouço social, iniciado com o golpe de 2016, são apenas os primeiros passos de uma inédita ofensiva conservadora. Pode-se prever, sem risco de cometer exageros, que estão em sua alça de mira o que sobrou da Consolidação da Leis do Trabalho (CLT), os capítulos dos direitos e sociais da Constituição e os direitos previdenciários.

A revelação do vice de Bolsonaro, general Hamilton Mourão, de que o 13º salário é uma anomalia brasileira surge como apenas a ponta desse enorme iceberg. O que virá, caso a chapa fascista seja vitoriosa, chega à maldade de liquidar, na prática, com a Previdência Social, inviabilizando a aposentadoria pela alta elevação da idade com direito ao benefício, sucatear ainda mais o Sistema Único de Saúde (SUS) e elevar a deterioração do ensino público, inclusive instituindo pagamentos de mensalidades nas universidades públicas. Seria uma espiral de degradação social, de consequências imponderáveis.

O cenário projetado à frente, de acordo com o programa de governo da chapa Jair Bolsonaro-Hamilton Mourão, parece catastrófico, mas há razões para que ele seja visto assim. Pela proposta deles, que enche os olhos do chamado “mercado” (o mundo do rentismo), o déficit primário do governo será zerado em apenas um ano para obter superávit em 2020 (resultado primário é a diferença entre o que o país arrecada e o que gasta, sem levar em conta o pagamento dos juros da dívida). Isso só será possível com um brutal arrocho orçamentário para elevar o superávit primário (valor que sobra da receita após o pagamento das despesas, exceto os juros referentes à dívida pública).

O jornal Folha de São Paulo fez as contas em recente editorial, com dados alarmantes. A informação é de que nos últimos 12 meses os encargos federais com juros foram de R\$ 333 bilhões, valor que está entre os mais elevados do mundo se ponderados pelas dimensões da economia do país. Para manter essa lógica, seriam necessários cortes drásticos nos gastos primários — com pessoal, custeio, programas sociais e investimentos —, um sacrifício inaceitável para o povo com o objeto de alimentar a boca faminta do rentismo, exatamente o que propõe o programa de governo ultraliberal e radicalmente neocolonial de Bolsonaro.

Esses dados precisam ser avaliados à luz dos métodos políticos preconizados pela chapa da extrema direita. A conclusão é de que não existem dois polos “radicais”, como a direita propaga, mas apenas um; este, absolutamente comprometido com a agenda entreguista, antipovo, antinacional e antidemocrático. Só com métodos autoritários, um sistema de governo contrário à democracia, esse programa pode ser realizado. Uma ditadura, numa definição. Eles sabem que o povo não tem mais como suportar o arrocho salarial, a liquidação de direitos trabalhistas e previdenciários. Haverá reações, lutas, confrontos.

Dessa equação surge o denominador que atende pelo nome de fascismo. É visível a predileção do tal “mercado” por um governo assim, capaz de impor sua agenda à força. Um governo disposto à violência, ao arbítrio, ao Estado de exceção. Bolsonaro seria o presidente ideal para esse projeto. Numa mão, ele exhibe a agenda ultraliberal e radicalmente neocolonial, noutra o porrete da ditadura. A principal oposição estabelecida, conclui-se, se dá entre a democracia e a ideia de um regime que sufoca as liberdades em geral e agride os movimentos populares. Essa é a verdadeira polarização — os direitos do povo e o extremo antidemocrático.

O que seduz “o mercado”, portanto, é a possibilidade de um governo Bolsonaro, ditatorial, disposto a usar a violência contra o povo, para arrancar da classe trabalhadora os direitos que restaram.